

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

FÁBIO KIM IMAI

A INTERFACE PSICANÁLISE-SURDEZ

SÃO PAULO

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

FÁBIO KIM IMAI

A INTERFACE PSICANÁLISE-SURDEZ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para a graduação no curso de Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Sergio Wajman.

SÃO PAULO

2023

AGRADECIMENTOS

À minha família imediata, Nelson, Kim, Dani e Marcelo, pelo amor e apoio incondicional, mesmo na distância.

À minha família mais distante, mesmo assim não menos importante, por partilhar o tempo de vocês comigo.

Ao meu marido, Luis pelo amor, carinho e paciência. Por ter me mostrado um mundo bem mais colorido e por ter acreditado em mim, mesmo quando eu mesmo não acreditava.

Às amigas filhas da PUC e aos meus amigos da vida pelas trocas insubstituíveis.

Às professoras, professores, supervisoras e supervisores que fizeram parte da minha formação e me mostraram como a psicologia e a psicanálise podem ser realmente arrebatadoras. Em especial à Clarissa Metzger por dar partida na minha relação de inquietude com Lacan e à Marzolla, sempre acolhedora e aberta a trocas.

À Maria Cecília Moura e Wagner, pela optativa em Fonoaudiologia, em que pude ter contato com outras perspectivas acerca da surdez.

À Márcia Batista, minha primeira orientadora, pela infinita paciência.

Ao meu segundo orientador, Sergio Wajman, que no turbilhão da finalização do curso me guiou até a conclusão deste trabalho.

E agradeço @s professor@s de Libras: Eduardo Rocha, Kátia Balikian e Matheus Bueno com quem pude trocar, para além das aulas teóricas, experiências a partir da realidade da cultura surda.

Área do Conhecimento: 7.07.00.00-1 - Psicologia
Título: A Interface Psicanálise-Surdez
Ano: 2023
Orientando: Fábio Kim Imai
Orientador: Sergio Wajman.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo compreender as especificidades dos surdos na procura de uma escuta de análise, a partir da clínica lacaniana em diálogo com elaborações de Freud. Na busca por literatura nacional específica na interface surdez-psicanálise os resultados são poucos e, se ampliado o escopo à psicologia-surdez, se apresentam majoritariamente atrelados aos debates da psicologia escolar ou acerca de inclusão, com pouca discussão acerca da clínica. Afinal, a “cura pela fala” necessariamente implica a vocalização e impossibilita que um sujeito surdo possa lidar com seu sofrimento no contexto de uma análise? Este trabalho consistiu em reunir elaborações de diferentes autoras que debatem o tema e articulá-las com o intuito de oferecer um panorama macro acerca das possibilidades da clínica psicanalítica com a surdez. Buscou-se abordar o tema da importância do ensino da Língua brasileira de sinais como segunda língua no território brasileiro; identificar as diferenças e especificidades da Libras em contraponto ao português verbalizado, abordar a constituição subjetiva da criança surda congênita e das necessidades e/ou possibilidades de se repensar o setting analítico na demanda para atendimento com a surdez.

Palavras-chave: surdez; psicanálise; Libras.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
1. INTRODUÇÃO	8
2. MÉTODO	12
3. SURDEZ	13
3.1. Definição e anatomia da surdez	13
3.2. Histórico da surdez	15
3.3. Língua de Sinais e Libras	19
4. A PSICANÁLISE	23
4.1. O Inconsciente – Freud	23
4.2. O Inconsciente se estrutura como uma linguagem – Lacan	25
5. A INTERFACE SURDEZ-PSICANÁLISE	29
5.1. Constituição subjetiva do sujeito surdo	30
6. A CLÍNICA PSICANALÍTICA COM A SURDEZ	36
6.1. O setting	36
6.2. Atos falhos, chistes e interpretações	38
6.2.1. <i>Ato falho: Língua de sinais e oralização simultânea</i>	40
6.2.2. <i>Ato falho em Libras</i>	41
6.2.3. <i>O analista na clínica com a surdez</i>	43
7. CONCLUSÃO	47
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

PREFÁCIO

A temática a respeito da surdez e psicanálise surgiu a partir do curso de introdução à psicanálise lacaniana – ministrado no curso de Psicologia da PUC-SP -, mais precisamente a partir de um de seus diversos aforismos: “O inconsciente é estruturado como linguagem”. Desta afirmação tão convicta, produziu-se em mim uma reflexão prematura e incorreta. Precoce, por ter cogitado que o inconsciente de uma pessoa surda seria totalmente diferente de uma pessoa ouvinte; e incorreta por não distinguir língua e linguagem. A partir da explicitação sobre a subversão do signo de Saussure, em Lacan colocado como a supremacia do significante, produzi novamente uma reflexão própria e, de novo, incorreta: a Libras e os seus sinais não remeteriam ao objeto em si, não respeitando a arbitrariedade significante/significado de todas as línguas?

Passei a me debruçar sobre o assunto, procurando recomendações de leitura a respeito da interface surdez-psicanálise, mas por mais que todas as professoras se mostrassem disponíveis e interessadas no assunto, pouco sabiam a respeito, ou as referências se repetiam.

Na ocasião de escolher esta temática para meu trabalho de conclusão de curso fui questionado a respeito deste interesse. De onde vinha? E o que um ouvinte teria a dizer a respeito?

Desde o jardim de infância tive a oportunidade de dividir espaço com o diferente, esforço imenso de uma pequena escola de bairro, na esquina de casa, que se propunha a ser inclusiva. É a partir desse círculo de amizades que, no início da adolescência, pude conhecer Guilherme, amigo com quem tive o primeiro contato com a Libras. Guilherme não era surdo, mas aprendera Libras no Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES – para se comunicar com um amigo. Nas horas vagas ele me ensinava os sinais básicos da Libras e, em certa ocasião, incentivou que nos comunicássemos através da Libras, no metrô. Ele era fluente e eu mal sabia comunicar o básico, mesmo assim percorremos cinco estações (tentando) nos comunicar. Em tal memória, me recordo de dois pontos. O primeiro era um mal-estar enorme por não saber se estava conseguindo comunicar, na totalidade, o que de fato gostaria de dizer (anos

depois, ao cursar Psicologia, descobri ser tarefa impossível). O segundo ponto era um certo desconforto com os olhares, de canto de olho, da maior parte dos que estavam no vagão conosco. Não relato tal experiência com o propósito de sugerir que sofri algum tipo de preconceito, pois seria algo inconcebível, não sou surdo.

Entretanto, acredito que o interesse sobre a temática pode ser ilustrado a partir dessa experiência: o desejo de se comunicar e os outros que pouco compreendem daquilo que está sendo dito.

1. INTRODUÇÃO

A criação da Lei Brasileira de Inclusão¹, estabelecida em 2015, teve como propósito ampliar o olhar aos mais de 45 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, de acordo com dados do IBGE/2010², número que constitui aproximadamente 24% da população brasileira, que declarou algum grau de dificuldade nas habilidades: visual, auditiva, motora, ou possuir deficiência mental/intelectual.

Os dados referentes às habilidades auditivas apontam que ao menos 1,1% da população se caracteriza como pessoa com deficiência auditiva, descrita pelo decreto Federal 3.289/1999³ como o indivíduo que possua perda auditiva bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB). O censo indica ainda que esta parcela pode chegar a 5% da população se considerarmos as pessoas que descreveram alguma dificuldade auditiva.

No Brasil, os avanços no combate à marginalização das pessoas com deficiência auditiva, enxergando-os como sujeito de direitos têm como um de seus marcos a oficialização da Libras, datada de 2002, por meio da lei 10.436/02⁴, sancionada pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Evidencia-se, entretanto, que a compreensão da pessoa com deficiência auditiva como sujeito autônomo do ponto de vista cognitivo e social ocorre de forma paulatina e conturbada.

A garantia de direitos como a presença de intérprete de Libras em espaços sociais e a obrigatoriedade de Libras como disciplina curricular na formação de professores não é implementada nem posta como necessidade, sendo relegada ao âmbito dos profissionais de educação especial. Desde o impeachment da presidente Dilma em 2016, e a intensificação do projeto neoliberal há ainda menos espaço para a inclusão. Este processo é evidenciado a partir do desmonte e retrocesso no ataque aos dispositivos e estratégias

¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 20 set. 2023.

² Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>. Acesso em 20 set. 2023.

³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em 20 set. 2023.

⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em 20 set. 2023.

norteadoras para uma educação inclusiva anteriormente pautada na equidade, a exemplo da substituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo modelo de Base Nacional Comum Curricular, que reforça ainda mais o desprezo do governo Bolsonaro para com o respeito à diferença; aliado à volta da Escola Especial que se propõe teoricamente inclusiva na Política Nacional de Educação Especial - PNEE, mas que, na verdade, se faz ainda mais excludente, reforçando a “opção” entre escolas regulares, particulares ou particulares bilíngues – que compreendem qualquer caráter “não-normativo” como deficiência, agrupando a multiplicidade e a diferença em uma única categoria, em dicotomia “normal” x “especial”, excluindo, portanto, em uma mesma toada os surdos.

Este breve panorama introduz o diálogo atual a respeito da pessoa surda e seus direitos, sendo recorrente na pauta da Educação. A interface psicologia e surdez é frequentemente justaposta ao campo da Educação e Inclusão, sendo ainda mais escasso o diálogo entre psicanálise e surdez, como descrito por Solé (2015, p. 29) “a surdez foi objeto de estudo da educação, medicina, fonoaudiologia, da linguística, da psicologia, mas somente nos últimos 10 anos tem sido interesse de alguns psicanalistas isolados e com poucos artigos escritos”.

Nos espaços da graduação do curso de Psicologia da PUC-SP, observa-se adaptações paulatinas que vislumbram uma educação devidamente inclusiva, assim como se percebe escassos os espaços que discutam a temática das deficiências, sendo trabalhadas principalmente por discussões propostas, justamente, no campo da educação inclusiva. Em relação à surdez, especificamente, há a contratação de profissionais surdos, entretanto a eles são relegadas atribuições mecânicas e de pouca interação com o corpo docente e discente. Há o esforço de certos profissionais para que essa relação seja aprofundada, à exemplo do curso de Libras do curso de Fonoaudiologia, ministrado pela professora doutora Maria Cecília Moura em conjunto com professores de Libras da DERDIC, além do próprio curso de extensão de Libras oferecido pela DERDIC. Entretanto essa interface ainda é bastante incipiente.

No que concerne à prática clínica com clientes com surdez a situação é similar, não existindo adaptações ou profissionais capacitados para o atendimento de pessoas surdas na clínica-escola psicológica Ana Maria Poppovic, da PUC-SP. De mesmo modo, o fechamento de uma das maiores

escolas bilíngues para surdos de São Paulo, DERDIC – Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação – unidade mantida pela Fundação São Paulo (FUNDASP), também mantenedora da PUC-SP, ilustra a fragilidade acerca da inclusão desse recorte específico da população.

Entende-se que a fragilidade do conceito de inclusão intersecciona a vida da pessoa com deficiência auditiva não só na instituição escolar, mas perpassa todo o convívio e dia a dia dessa população, incluindo as interações necessárias para o atendimento psicológico que se utiliza da Libras.

A psicanálise e os psicanalistas, no que concerne à inclusão e preparo para atender o indivíduo singular, se encontram defasados na capacitação profissional de atendimento a essa população, como afirma Neves (2018, p. 13):

Poucos são os estudos desenvolvidos sobre psicanálise com pessoas surdas, principalmente no Brasil. Existe um número crescente de pesquisas com esse tema voltadas à educação e à linguística; no entanto, no que concerne à saúde mental, é possível perceber, na leitura de artigos, que as referências se repetem.

A compreensão de que o fazer psicanalítico não se dá no vácuo, alia-se à compreensão de que não se sustenta uma psicanálise neutra e apolítica, sendo necessário compreender que a escuta do sofrimento psíquico não deve se limitar ao espaço da clínica, mas que se faça presente também como aliada aos movimentos sociais, na reivindicação de avanços na direção de uma sociedade não opressora. Deve-se operar ativamente na construção de espaços democráticos que respeitem as singularidades do sujeito e que se respeite os princípios fundamentais da Constituição.

Em relação ao escopo do trabalho, isto é, a interface psicanálise-surdez, pode-se apontar a definição de Freud a respeito da psicanálise como

[...] um procedimento para investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, um método para o tratamento de distúrbios neuróticos e uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica. (Freud, 2006a, p. 253).

A prática clínica como basilar à psicanálise e fundamental na formação do analista - aliada ao estudo teórico continuado, supervisão clínica e seu próprio processo de análise - se utiliza da associação livre por parte do analisante dentro

de um *setting analítico* proposto, e pressupõe escuta flutuante por parte do analista, em trabalho conjunto com diferentes elementos conscientes que permitem o ‘encontro’ com o inconsciente, possibilitando conexões e (re)elaborações. O setting analítico não deve ser limitado por definição de um espaço físico, mas se estabelece, sobretudo, a partir do contato entre analisante-analista, e é composto de procedimentos e acordos que organizam a possibilidade do encontro, para além de regras e combinações, exigindo, sobretudo, atitude ética do profissional terapeuta.

Dada tal descrição sucinta da psicanálise, questiona-se: o trabalho clínico tem se encarregado e/ou possibilitado a escuta do sofrimento psíquico das pessoas com surdez?

A pesquisa tem como proposta, portanto, se aprofundar em lacunas do atendimento clínico às pessoas com surdez, levantando questionamentos iniciais na busca por compreender: é possível a análise com pessoas com surdez? Posteriormente pretende-se compreender as idiossincrasias do trabalho de análise com analisantes surdos em contraste com ouvintes; e debruçar-se sobre a constituição do indivíduo com deficiência auditiva e as possíveis alterações/adaptações nas ferramentas disponíveis no trabalho de análise, a exemplo da marcação de significantes, lapsos, atos falhos e chistes.

A maneira pela qual o trabalho se organiza para tais objetivos é exposta da seguinte forma: explicita-se o caminho para a realização da pesquisa a partir da metodologia; no capítulo 4 busca-se introduzir o conceito de surdez e seu histórico, anatomia, de forma geral as línguas de sinais e em específico a língua brasileira de sinais – Libras. No capítulo 5 delimita-se em qual psicanálise este trabalho se apoia, da compreensão de que a psicanálise não é unária e, tratando-se da clínica em sua especificidade com a surdez, é necessário demarcar, também, de que forma a análise será conduzida. No capítulo 6 são apresentados aspectos teóricos referentes à interface surdez-psicanálise, discorrendo-se a respeito da constituição subjetiva do sujeito surdo. E no capítulo 7 são discutidos aspectos referentes à clínica psicanalítica com surdos a partir de relatos clínicos presentes em trabalhos dessa temática que foram consultados.

2. MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica que busca pensar a constituição subjetiva do sujeito surdo e a clínica psicanalítica com a surdez e uso da Libras. A metodologia, portanto, consiste na leitura de artigos, teses e dissertações acerca da interface psicanálise-surdez.

Para desenvolver este trabalho, buscou-se trabalhos que contemplassem a relação da psicanálise clínica e a surdez a partir de diferentes perspectivas acerca do tema. Para realizar a escolha do material consultado utilizou-se as plataformas Google Scholar, SciElo, portal periódicos CAPES, academia.edu através dos descritores: psicanálise, lacan, surdez, Libras, clínica psicanalítica.

A partir dessa pesquisa e leituras iniciais encontrou-se referências que se repetiam e, portanto, consultadas para a composição da pesquisa, assim como sugestões por contato realizado com uma das pesquisadoras, Sofia Lieber, referenciada neste trabalho. Além disso expandiu-se a pesquisa para artigos em inglês e francês, como suplemento para a compreensão da interface surdez-psicanálise e psicologia em conjunto com as línguas de sinais.

Em destaque para o trabalho, utilizou-se o artigo “História e Educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais”, de Maria Cecilia Moura (2005); a dissertação de mestrado *Aspectos da constituição de uma criança surda pela fala do ouvinte: entre traços e significantes*, de Sofia Lieber (2015); e a tese de doutorado *A Psicanálise realiza em Libras: Demandas e desafios da clínica com pacientes surdos*, de Dannilo Halabe (2018).

3. SURDEZ

Este capítulo tem o propósito de introduzir o conceito de surdez, a partir do funcionamento anatômico, suas características e classificações dos diferentes tipos de surdez. Após a contextualização do que se trata a surdez, propõe-se adentrar na compreensão do sujeito surdo em diferentes perspectivas, na educação, como sujeito de direitos e como sujeito do inconsciente, assim como sua relação com a Libras.

Tal introdução dará base para as discussões posteriores em relação às especificidades da clínica com pessoas surdas.

3.1. Definição e anatomia da surdez

Segundo o Ministério da Saúde (BVS, 2017), a surdez é o nome dado à impossibilidade ou dificuldade de ouvir, em consideração aos níveis definidos como “normais” e classificados como perda auditiva, deficiência auditiva e surdez. Do ponto de vista médico, essa classificação é atribuída a partir de limiares auditivos como critério diagnóstico. Define-se, portanto, que o surdo, no discurso médico, é o indivíduo que não possui audição funcional na vida comum (Oliveira, 2018), e o deficiente auditivo, como indivíduo que, mesmo com perda auditiva, possui audição funcional, com ou sem prótese.

Com o propósito de aprofundamento da compreensão do fenômeno, é relevante explicitar, brevemente, a anatomia do sistema auditivo. A subdivisão da orelha, como principal órgão atrelado à audição é composta pelo ouvido externo, que compreende a aurícula e canal auditivo externo. Têm como função captar ondas sonoras e direcioná-las ao tímpano, que se localiza entre ouvido externo e médio. Posteriormente, o ouvido médio (caixa timpânica) que compreende martelo, bigorna e estribo, tem como função direcionar ondas sonoras ao ouvido interno. E, por fim, o ouvido interno, que compreende canais semicirculares, cóclea e nervo auditivo, que envia impulsos do nervo auditivo ao cérebro, que interpreta os sons/impulsos captados pelo órgão (Oliveira, 2018).

Introduzido o funcionamento básico da audição, é necessário apontar que a surdez, para além das categorias já explicitadas, também pode ser classificada em surdez congênita, anterior ao nascimento ou ocorrido na ocasião do parto;

hereditária, devido ao histórico familiar de deficiência auditiva; ou adquirida posteriormente, através de vírus, inflamações e doenças bacterianas, principalmente meningites ou otites, além de traumas acústicos externos (Nogueira, 2020).

Há ainda mais duas classificações possíveis em relação à perda auditiva. Por um lado, pode ser classificada de acordo com três critérios: perda neurossensorial, que tem sua causa atrelada à cóclea; perda de condução, relacionada ao próprio percurso mecânico do som na orelha; e surdez mista, relacionada a ambos. Além disso, há o critério de grau de perda auditiva, em que esta pode ser categorizada em: leve, nos limiares entre 25 e 40 dB; moderada, entre 41 e 70 dB; severa, entre 71 e 90 dB; e profunda, acima de 90 dB.

Desde 1995, no Brasil, há recomendação multiprofissional em relação aos aspectos de saúde auditiva na criança, a partir do X Encontro Internacional de Audiologia. Já em 1999, o Comitê Brasileiro sobre Perdas Auditivas na Infância – CBPAI, justifica a necessidade de detecção precoce da surdez, apontando uma incidência de perda auditiva bilateral significativa, estimada em 1 a 3% dos neonatos e 2 a 4% em neonatos que passaram por Unidade de Terapia Intensiva (CBPAI, 2000).

Atualmente, a Triagem Auditiva Neonatal Universal – TANU é um direito garantido por lei (nº12.303/2010)⁵, que tem como objetivo identificar os recém-nascidos que possuem grande possibilidade de já terem ou desenvolverem algum tipo de deficiência auditiva. A recomendação consiste em procedimentos eletrofisiológicos e eletroacústicos, como o teste de Emissões Otoacústicas Evocadas – OEA e o Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico - PEATE, que identifica as perdas auditivas mais relevantes que podem afetar o desenvolvimento da criança. O mais conhecido e comumente utilizado é o “Teste da Orelhinha”, sendo recomendada a sua realização nos primeiros dias de vida do bebê, antes da alta. É um exame que consiste na inserção de uma pequena sonda dentro do canal auditivo que produz estímulos sonoros e capta a resposta de células ciliadas externas da cóclea sendo, portanto, um exame fácil, rápido, indolor e não invasivo.

⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12303.htm. Acesso em 20 set. 2023.

No caso de resultado irregular, o bebê deve ser encaminhado para um serviço de diagnóstico especializado, onde outros exames são realizados, como a avaliação otorrinolaringológica e exames complementares (BVS, 2011). A importância da detecção precoce da surdez do bebê é bastante explicitada nas orientações fonoaudiológicas, já que é fundamental para que intervenções e encaminhamentos possíveis sejam realizados no período crucial do desenvolvimento do bebê e de suas habilidades linguísticas e auditivas, já que a audição é um importante sentido para o desenvolvimento do sujeito e principal meio pelo qual são realizadas primeiras interações sociais.

3.2. Histórico da surdez

Reitera-se o ponto anterior, a importância da identificação precoce da surdez nos primeiros anos de vida do bebê. Para além do apontado na recomendação do CBPAI, que ressalta a importância do desenvolvimento através da audição e fala no bebê, atenta-se também para a importância desse fator relacionado à constituição psíquica.

O problema é que há uma “falha básica” na interlocução entre os pais ouvintes com o seu filho surdo. Pode-se dizer que existe uma incongruência entre as necessidades da criança, a forma como ela percebe o mundo ao seu redor, sensorialmente [...] e a percepção que os pais têm do filho, quando estes não têm consciência da diferença. (Marzolla, 2010, p. 35).

A constituição subjetiva do sujeito surdo será aprofundada posteriormente, entretanto é fundamental que se aponte a importância do acesso a uma língua por parte do bebê que, no caso de pais ouvintes, não será a mesma. Isso por si só já implica em repensar a relação bebê-mãe e língua materna, assim como de que formas o bebê se relacionará com o outro.

A surdez não poderá, contudo, ser compreendida apenas por meio de lentes ontológicas, mas também da construção histórica em torno da surdez. Moura (2005) em seu capítulo intitulado *História e Educação: O surdo, a oralidade e o uso de sinais*, inicia sua escrita apontando que, na antiguidade greco-romana considerava-se que os surdos não eram seres humanos competentes.

Isto decorria do pressuposto de que o pensamento não podia se desenvolver sem linguagem e que esta não se desenvolvia sem a fala. Desde que a fala não se desenvolvia sem a audição, quem não ouvia, não falava e não pensava, não podendo receber ensinamento e, portanto, aprender. (MOURA, 2005, p. 344).

Esta argumentação, entretanto, não cabia aos que foram introduzidos na linguagem e, apenas posteriormente, perdiam a audição, a exemplo do pensamento de Aristóteles, que considerava a linguagem como condição de desenvolvimento de faculdades mentais e que, portanto, o sujeito que algum dia ouviu não compartilha da mesma categoria do surdo congênito.

Grosseiramente, pode-se dizer que a compreensão do surdo como não humano é mantida até o século XIV, no final da Idade Média, na compreensão de que, ao serem incapazes de atuar nos rituais da Igreja, não se incluem como fiéis. O primeiro registro que aponta para um olhar que compreende o surdo como capaz de aprender e, portanto, ser sujeito, é através da obra de Bartolo della Marca d'Ancona (SKILLAR *apud* MOURA, 2005) que se levantam pontos a respeito dos direitos dos surdos.

Entretanto é apenas na Idade Moderna, através do trabalho de Ponce de Leon que, nos moldes de preceptorado, deu-se início a um método propriamente dito de educação de surdos, com o propósito de que a criança surda de famílias nobres pudesse ser ensinada e, portanto, tivesse direito à herança. Este método empregava principalmente um primeiro tipo de dactilologia⁶ com o objetivo de ensinar seus alunos a se comunicar de forma oral, apesar de não ouvirem. Dá-se início, assim, aos primeiros tensionamentos acerca do que o surdo era capaz, assim como dos espaços que poderia ocupar dentro de uma sociedade majoritariamente falante, mesmo que ainda perpassado por interesses elitizados de uma minoria que tinha acesso, sobretudo, a uma educação bastante exclusiva (Strobel, 2009).

Posteriormente Juan Pablo Bonet, no século XVII, e Jacob Rodrigues Pereire, no século XVIII, reproduzem o método de Ponce de Leon nas primeiras escolas de ensino de surdos, através do uso de alfabeto digital e da Língua de Sinais e, encontra na manipulação dos órgãos fonoarticulatórios, o ensino da fala (MOURA, 2005). Tais iniciativas se colocam no campo do Oralismo que, ainda

⁶ Dactilologia, ou alfabeto manual, é um sistema de representação de letras do alfabeto.

na atualidade, é ponto de tensão e que será discutido posteriormente neste estudo. Entretanto, ainda em Pereire há uma virada, nos últimos anos de sua vida, que repensa a tentativa de converter os surdos que utilizavam sinais em falantes, entretanto seus seguidores se mantiveram na linha do Oralismo. Desse modo, Pereire será tido como expoente da base oralista nos países de língua latina, assim como grandes nomes como Johann Amman e John Wallis serão basilares, respectivamente nos países de língua alemã e Ilhas Britânicas (Strobel, 2009).

É, entretanto, Charles-Michel de L'Épée, ainda no século XVIII, que introduz a noção de que o surdo pode adquirir status de humanidade sem a necessidade de oralizar e que inaugura a primeira escola pública para surdos, o Instituto Nacional para Surdos-Mudos em Paris. L'Épée utilizava de uma Língua de Sinais modificada, inaugurando sinais antes não representados e um sistema gramatical mais sofisticado, já que considerava a Língua de Sinais anterior como incompleta e empobrecida.

Para poder adaptá-la a seus objetivos, ele construiu um sistema baseado na Língua de Sinais, criando outros Sinais para as palavras francesas que não eram representadas pela Língua de Sinais e terminações que marcavam a gramática da língua oral. Ele deu a este sistema o nome de Sinais metódicos. (MOURA, 2005, p. 346).

Neste aspecto, pode-se apontar que em L'Épée a consideração da Língua de Sinais como uma língua toma suas primeiras formas, assim como a indicação de uma cultura surda. Entretanto, a disputa entre Oralismo e a percepção da Língua de Sinais como língua autônoma se mantém, mesmo que em meio a grandes avanços como a inauguração de escolas, a exemplo da Escola de Hartford e faculdades, como a National Deaf – Mute College, ambas nos Estados Unidos, voltadas ao público surdo.

Em 1880, se dá o Congresso de Milão. Tido como grande símbolo de retrocesso e marco na cultura surda, o Congresso de Milão decide pela primazia do Oralismo:

Deliberazioni del Congresso

1- Il Congresso,
considerando la non dubbia superiorità della parola sui gesti per restituire il sordomuto alla società e dargli una più perfetta conoscenza della lingua, Dichiarò: Che il metodo orale deve

essere preferito a quello della mimica per l'educazione e l'istruzione de sordomuti.

2 -Il congresso,

considerando che l'uso simultaneo della parola e dei gesti mimici ha lo svantaggio di nuocere alla parola, alla lettura sopra le labbra ed alla precisione delle idee, dichiara: Che il metodo orale puro deve essere preferito. (Il congresso Internazionale dei maestri dei sordomuti tenuto in milano, 1880, p. 12)⁷

É a partir dessa determinação que se instala a ideia de reabilitação “como necessidade de submeter a deficiência da pessoa a um conjunto de práticas padronizadas, tais como estimulações e treinos de habilidades, para reabilitar a função que já deveria estar habilitada” (Lieber, 2015, p. 8) com o objetivo de inserir o surdo à norma ouvinte e a retomada da compreensão da surdez como deficiência que visa, através dos avanços tecnológicos, adequar o surdo ao mundo falante. Isto implica na compreensão do sujeito surdo como não autônomo, incapaz de tomar decisões de para sua própria vida, sendo necessário a tutela daqueles considerados “normais”, falantes.

Do século XX a atualidade, o Oralismo dispõe de novas técnicas e tecnologias que sustentam o discurso de reabilitação. Métodos como a Estimulação Auditiva, Método de Linguagem por Associação de Elementos⁸ e tantos outros são colocados como padrão para a educação dos surdos, partindo do pressuposto de que, à criança, deve ser dada a oportunidade de aprender a se comunicar pela via oral, sendo compreendido como faltante em comparação com o sujeito “normal”.

⁷ Tradução livre:

Deliberação do Congresso:

1 – O Congresso,

Considerando a indubitável superioridade das palavras sobre os gestos para devolver os surdos à sociedade e integrá-lo da menor maneira possível à língua, declara: que o método oral deve ser preferível ao da *mímica* para a educação e instrução dos surdos-mudos.

2 – O Congresso,

Considerando que o uso simultâneo da fala e dos *gestos de mímica* tem a desvantagem de prejudicar a fala, a leitura labial e a precisão das ideias, declara: Que o método oral puro deve ser preferido. (Il congresso Internazionale dei maestri dei sordomuti tenuto in milano, 1880, p. 12)

⁸ Ambos trabalham com o treinamento de leitura orofacial e uma exposição intensa à língua oral. Os demais métodos partem de princípios similares e não serão aprofundados neste trabalho.

Os métodos oralistas supracitados não serão pormenorizados neste trabalho, pois incluem a leitura orofacial (LOF) como princípio fundante para a aprendizagem do falar neste contexto e, aliado à compreensão de que o treinamento para tal não é uma habilidade que pode ser adquirida facilmente, muitas vezes dependendo mais de um certo talento/aptidão para a LOF do que horas de treino, sendo “[...] de pouca utilidade em razão do tempo despendido *versus* habilidade adquirida” (MOURA, 2005, p. 338) seria de pouca relevância para o escopo do trabalho. De toda forma indica-se tais técnicas como ponto de descontentamento na análise de performance e resultados da “reabilitação” de pessoas surdas, que acaba por reintroduzir a temática a respeito da importância das Línguas de Sinais como alternativa de educação na segunda metade do século XX.

3.3. Língua de Sinais e Libras

Nos anos 1960 há a retomada da Língua de Sinais, a partir dos resultados insatisfatórios da educação de surdos na linha primeira do Oralismo, sobretudo nos Estados Unidos. Desse modo, o interesse pela procura de novos métodos que não fossem submetidos ao crivo dos métodos oralistas e leitura orofacial despontam. Desde o Congresso de Milão, a compreensão do senso-comum e dos especialistas indicava, como apontado no subcapítulo anterior, dois pontos principais, a saber: que a fala teria “superioridade incontestável” sobre os Sinais e que o método oral deveria ter prioridade, já que o uso/ensino dos dois simultaneamente prejudicaria a fala. Tais pontos serão devidamente aprofundados e rebatidos com maior prioridade, justamente a partir da metade do século XX.

É evidente que a primazia pelo Oralismo era campo de disputa, anterior e posteriormente ao Congresso de Milão, sendo a maior parte da cultura surda contrária ao favoritismo de tal método, em detrimento à Língua de Sinais. Entretanto, aponta-se os anos 60 como um ponto de inflexão na retomada do interesse pelo uso da Língua de Sinais, seja na educação ou como forma de comunicação dos surdos, devido ao trabalho de William Stokoe. Em seu artigo *Sing Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf*, Stokoe (2005) aponta que, do ponto de vista linguístico, a

American Sign Language (ASL) é uma língua natural e que, assim como as línguas orais, tem princípios estruturais.

Conforme demonstrou, os sinais, semelhantemente às palavras das línguas faladas, são decomponíveis em unidades menores, ou *aspectos*, de três tipos, a saber, *configuração de mão*, *localização* e *movimento*. A configuração de mão consiste na disposição dos dedos durante a produção de um sinal. Já a localização refere-se ao lugar em que um sinal é produzido. Por fim, o movimento diz respeito à forma como a mão se move quando um determinado sinal é articulado. (Xavier, 2014, p. 373).

Stokoe também estabeleceu a notação Stokoe, sistema de escrita para a ASL que se utiliza de números e letras para transcrever os três aspectos propostos por ele que configura os Sinais utilizados. É por essa notação que o autor também publica o primeiro dicionário de ASL – A dictionary of American Sign Language on Linguistic Principles, em 1965. Dessa forma, introduz-se um contraponto direto à compreensão proposta pelo Congresso de Milão e questiona-se a suposta superioridade da língua oral.

Na mesma toada, Moura (2005) aponta para outras pesquisas deste período que se aprofundaram na comparação do desempenho e aprendizado de filhos surdos de pais ouvintes versus filhos surdos de pais surdos. Os últimos eram, portanto, expostos à ASL desde tenra infância e, posteriormente introduzidos ao método de escolas oralistas, obtendo melhor desempenho acadêmico quando comparados aos que não tinham contato precoce com a ASL.

Desse modo, nos anos que se sucedem, entre as décadas de Setenta e Oitenta do século passado, propõe-se a Comunicação Total como filosofia educacional que visa integrar o surdo, seja pela fala oral, sinalizada ou escrita, apoiando-se nos dados obtidos pelos estudos supracitados. Diferente do Oralismo, enxerga-se o surdo como indivíduo de direito e que, assim como os ouvintes, deve aprender a se comunicar com o outro.

A Comunicação Total trabalha simultaneamente com a língua oral e a sinalizada denominando essa forma comunicativa de bimodalismo, um dos recursos utilizados por essa Filosofia no processo de aquisição da linguagem pela criança e na facilitação da comunicação entre surdos e ouvintes, [...] permitirá o aluno surdo decodificar as regras da língua falada na escrita, que deverá aprender por intermédio da língua de sinais. Embora a comunicação entre surdos e ouvintes estivesse melhorando foi observado que as habilidades de escrita e leitura ainda continuavam a quem do esperado. (Kezio, 2016, p. 174).

A compreensão de que a comunicação total ainda era inadequada a capacitar o indivíduo surdo na escrita e leitura introduz novos questionamentos em relação à educação, ganhando força nos anos 1990. É neste sentido que o Bilinguismo, como filosofia educacional, pôde avançar no debate a respeito do ensino do surdo. O que distingue o Bilinguismo, em contraponto ao Oralismo e à Comunicação Total, é não buscar uma adequação do sujeito surdo ao modo de existir dos ouvintes, assumindo seu pleno modo de existir, a partir de uma comunidade, cultura e língua própria. É isso que permite, de acordo com Kezio (2016), que o indivíduo acesse por completo uma língua materna, natural, ou seja, a Língua de Sinais e, após sua aquisição, a introdução da língua escrita portuguesa, como segunda língua, viabilizado pela, no caso do Brasil, Libras.

Desse modo, o bilinguismo no âmbito da educação é o que pode proporcionar que a criança tenha desenvolvimento na linguagem, assim como uma percepção completa de si mesma, não marcada pelo que lhe falta para ser um sujeito dito “normal” (ouvinte).

A Língua Brasileira de Sinais – Libras constitui língua de modalidade gestual-visual que estabelece a comunicação a partir de sinais e expressões faciais. É reconhecida e garantida pelo poder público, a respeito de seu uso e difusão de Libras a partir da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

A Libras é composta por cinco parâmetros principais, a saber: a configuração de mão; local de articulação ou ponto⁹; movimento; orientação ou direcionalidade; e expressão facial e/ou corporal, sendo utilizado o termo, por vezes, de componentes não manuais. Estes parâmetros, como indica Halabe (2018) precisam estar relacionados para que formem sentido, não existindo um único sinal em Libras que não necessite da articulação de ao menos 3 desses elementos. Esta compreensão é importante pela necessidade de se reforçar que a Libras é propriamente uma língua, entretanto apontando suas diferenças

[...] nas línguas orais os vocábulos são organizados sequencialmente – como uma sequência linear de elementos sonoros – enquanto na LIBRAS os elementos são organizados

⁹ Como uma língua gestual-visual, comporta também o espaço onde são feitos os sinais, ou seja, a sinalização pode tanto utilizar o próprio corpo, como o espaço neutro, delimitado pela extensão máxima dos braços de quem sinaliza, assim como delimitado verticalmente do tronco até a face.

como uma combinação de elementos que ocorre simultaneamente. (MOURA, 2005, p. 23).

Desse modo, a sintaxe da Libras se mostra particular no uso dos sinais simultâneos e/ou contíguos das duas mãos e se diferencia da sequência da língua portuguesa.

Depreende-se que a Libras, como qualquer língua, abarca uma gramática, léxico, morfossintaxe e semântica próprios. É necessário, entretanto, se ater a este último aspecto com a devida atenção. Halabe (2018) reitera que na Libras há sinais icônicos que remetem ao objeto, tais como telefone e casa, mas a Libras é composta, majoritariamente, a partir de sinais arbitrários que não têm relação com aquilo que representam e, portanto, mantém a arbitrariedade da relação significante/significado da língua.

Outra especificidade da Libras em relação ao português é a marcação de gênero que ocorre, usualmente, no começo da frase ou relato e não se presentifica a toda vez que se refere novamente à pessoa. Dessa forma se sinaliza, por exemplo, o sinal de casal/casado e o sinal de homem, para indicar o marido, geralmente no início do relato, ou mesmo não se explicitar o gênero da pessoa.

A temporalidade da ação sinalizada também ocorre, em geral, no começo da frase e não é repetidamente sinalizada, ao contrário do português que pode marcar e distinguir a temporalidade a todo momento, a partir da conjugação do verbo. Além disso, a Libras também difere do português na capacidade de descrição espacial. A referência do espaço é importante na comunicação em Libras sendo, também no início da frase/retrato, definido o espaço da ação, seja através do espaço neutro ou no corpo, assim como a direção dos sinais.

A Lei 10.436 citada anteriormente desponha tensionamentos acerca da Libras como prática social e modo de interação do indivíduo surdo com o mundo, ressignificando este como identidade nacional de minoria linguística e que, por isso, demanda políticas específicas para a defesa de seus direitos. Nascimento (2017) aponta para a Constituição Federal de 1988, que reconhece direitos culturais como direitos fundamentais, como ponto de defesa da Libras como língua materna da criança surda, compreendendo que é por esta via que a criança surda pode se relacionar com o mundo.

4. A PSICANÁLISE

Freud escreve em *Dois Verbetes de Enciclopédia* (2006a), com o intuito de apresentar ao público maior, através da inserção desses dois verbetes ao compilado do *Dicionário de Sexologia*, publicado em 1923. No primeiro verbete, Freud define a psicanálise como

[...] nome de um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo (inconsciente), um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica. (Freud, 2006a, p.253).

e, logo em seguida, explicita que a maneira mais coerente de compreender a psicanálise é através de sua origem e evolução.

Desse modo, é também o que se propõe este capítulo, isto é, especificar de que a psicanálise se trata, através de seu histórico e, posteriormente como a psicanálise aborda o tema e clínica da surdez, assim como pressupostos teóricos que conversam, ou não, com uma possível clínica com surdos.

4.1. O Inconsciente – Freud

É a partir da histeria que Freud dá início ao que se tornaria, fundamentalmente, a psicanálise. Inicialmente com Charcot e o método de hipnose e, posteriormente, com Josef Breuer ocupavam-se do tratamento de jovens mulheres com quadros de histeria. Os sintomas presentes nestes casos não podiam ser compreendidos por via estritamente fisiológica e, por isso, muitas vezes tratados como sintomas fictícios e os casos histéricos como falsos pela comunidade psiquiátrica. Freud atribui a Charcot a seriedade devida à histeria, como quadro clínico relevante. Freud escreve:

Sustentava-se que na histeria qualquer coisa era possível e não se dava crédito aos histéricos em relação a nada. A primeira coisa feita pelo trabalho de Charcot foi a restauração da dignidade desse tópico. Pouco a pouco, as pessoas abandonaram o sorriso desdenhoso com que uma paciente podia ter certeza de ser recebida naquele tempo. Ela não era mais necessariamente uma simuladora de doença, pois Charcot jogara todo o peso de sua autoridade em favor da autenticidade

e objetividade dos fenômenos histéricos [...] tratou a histeria como sendo apenas mais um tópico da neuropatologia; forneceu uma descrição completa de seus fenômenos, demonstrou que estes tinham suas próprias leis e regularidades, e mostrou como reconhecer os sintomas que possibilitam a feitura de um diagnóstico de histeria. (Freud, 2006b, p. 28).

Nos casos de histeria a hipnose permitia tornar consciente aquilo que era inconsciente, isto é, que as pacientes pudessem tornar algo manifesto daquilo que fora traumático e de base da produção dos sintomas histéricos.

O inconsciente não é termo inédito à época de Freud, entretanto pode ser atribuído a ele o aprofundamento acerca do tema, não compreendendo-o apenas como o negativo da consciência, mas se debruçando em sua investigação sobre a estrutura mental e a elaboração de uma Primeira Tópica em três instâncias: inconsciente, pré-consciente e consciente. Em a *Interpretação dos Sonhos* (2006b), Freud descreve os sonhos justamente como a via régia para o inconsciente, na distinção entre o conteúdo manifesto dos sonhos, presentificado de forma evidente e o conteúdo latente que nos permite vislumbrar algo pertinente ao inconsciente do qual a psicanálise se ocupa, seja através do próprio material dos sonhos e suas interpretações.

Durante, mas sobretudo após a publicação dos *Estudos sobre a Histeria* (1990) com Breuer, a compreensão dos dois autores em relação ao processo patogênico e de que forma se dirige o tratamento, se distanciou a ponto de ser irreconciliável. Dessa forma, Freud abandona a hipnose justificando que “a principal deficiência do tratamento pela hipnose é que ele não pode ser dosado. O grau alcançável de hipnose não depende do método do médico, mas da reação casual do paciente”. (Freud, 1996a, p. 63). Além disso, Freud considerava que a hipnose obtinha efeito de sugestão e “se essa relação fosse perturbada, todos os sintomas reapareciam, como se nunca houvessem sido dissipados.”

Desse modo, Freud buscou, junto aos seus pacientes, que discorressem livremente e, através do material presente, pudessem encontrar caminhos que levassem àquilo que se colocava como inconsciente, seja pelos chistes, atos falhos ou lapsos, daquilo que é recalcado, mas encontra possibilidade de se presentificar na linguagem. Desse falar livremente, Freud concebeu a Regra Fundamental de uma análise, a associação livre, que se mantém nos dias de

hoje. Em contrapartida à associação livre, Freud conceitua a atenção flutuante como modo do analista escutar o discurso presentificado pelo sujeito no âmbito da análise de modo a não escutar apenas o que é falado, mas uma escuta suspensa que não é preventivamente focal, assim como nenhum diagnóstico ou estrutura é delineado de forma precipitada, anterior ao tratamento, mas sempre a posteriori do processo analítico.

Desta mesma concepção aponta-se que a teoria psicanalítica não se separa da prática clínica e Freud, como fundador, pôde constantemente revisitar sua teoria e atualizá-la a partir de novas compreensões e transformações exigidas ou evidenciadas a partir do trabalho clínico. A consideração de ideias/teorias provisórias, justamente não passíveis de serem cristalizadas, é o que pode ser chamado de primazia da clínica, dispositivo por excelência da constituição da própria psicanálise.

Apreende-se, portanto, que não há Uma Psicanálise imutável, mas um campo que se abre para novas possibilidades a partir do trabalho daqueles envolvidos na prática clínica e em como trabalhar com aquilo fundamental à psicanálise, o inconsciente. A trajetória da(s) psicanálise(s) aos dias de hoje é marcada pelos mais diversos autores que se debruçaram na fértil produção de Freud, levantando questionamentos, críticas e inaugurando novas possibilidades no campo da psicanálise.

4.2. O Inconsciente se estrutura como uma linguagem – Lacan

Entre tantos, Jacques Lacan é um grande expoente que introduz embates dentro da psicanálise e a dificuldade em sustentar uma unidirecionalidade¹⁰. Não se pretende esgotar no presente trabalho as ideias apresentadas por Lacan, tanto pela prolificidade de sua obra, como o escopo da pesquisa em si. Desta forma, propõe-se que a explanação presente seja delimitada ao primeiro momento de Lacan, no salto de uma configuração da psicanálise mais relacionada às ciências biológicas para a compreensão do inconsciente

¹⁰ A expulsão de Lacan da Associação Internacional de Psicanálise (IPA) concomitante às críticas tecidas sobre o método de formação de psicanalistas e prática clínica evidenciam a insustentabilidade de se apresentar a psicanálise de uma única forma.

influenciada pela linguística e antropologia respectiva e principalmente de Saussure e Lévi-Strauss.

“O inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Dessa clássica lacaniana podemos compreender a empreitada a que Lacan se propõe em suas elaborações e releituras de Freud. Do termo *inconsciente* podemos ressaltar a tarefa-primeira posta por Lacan de retorno a Freud, da busca em voltar-se o estudo da psicanálise ao inconsciente, proposta que vai de encontro ao caráter normatizador dos pós-freudianos (sobretudo norte-americanos), que subvertem o pensamento freudiano à psicologia do eu (ego-psychology¹¹). Como nos adverte Lacan, o trabalhar da análise nesses moldes, ao dar ênfase ao ego em detrimento ao trabalho analítico de associação livre e aproximação do inconsciente, promove uma adequação do sujeito à norma e ao que é esperado do indivíduo dentro da sociedade, tarefa estritamente contrária às fundamentações de Freud, que, nas palavras de Juranville (1987 *apud* Baratto, 2007, p. 313), “[...] nunca é a de conformidade às normas sociais ou morais, mas sempre a confrontação do sujeito com a verdade de seu desejo”.

Do termo *estruturado* apreende-se a referência teórica de Lacan ao estruturalismo de Lévi-Strauss, estrutura entendida no seu caráter imutável e universal. Portanto, a construção de uma cultura, mesmo que aplicada de forma particularizada em cada sociedade, é universal, presente em toda constituição de cultura e da ordem simbólica.

E finalmente do termo *linguagem*, a importância dada à linguagem na teoria lacaniana, afinal o que seria a psicanálise senão prática clínica pela fala e escuta por intermédio da linguagem? O termo, em articulação com a frase “O inconsciente é estruturado como uma linguagem” se mostra ainda como pleonasma, se a linguagem é estrutura traduz-se: “O inconsciente é estruturado como algo que é estruturado”; dessa forma Lacan articula “[...] pleonasma

¹¹ De acordo com Baratto (2007, p.309), trata-se de uma particular versão da psicanálise que surge em torno dos anos de 1920 na América do Norte. Ernest Kris, David Rapaport, Merton Gill, Rudolph M. Loewenstein, Franz Alexander figuram como seus principais expoentes, ao lado de Heinz Hartmann, apontado por unanimidade como membro de maior destaque pelo fato de que seus conceitos estabeleceram a base a partir da qual a doutrina se assentou. Sob os auspícios dessa *nova* escola, influente desde a morte de Freud e hegemônica por décadas, a psicanálise surge integrando múltiplas facetas, passando a se ordenar em torno de *novos* objetivos terapêuticos, *novos* métodos de investigação dos processos psíquicos – o empírico no sentido positivista –, *novos* conceitos, *novas* táticas e técnicas. Em função desta pluralidade de *inovações*, os mentores desta escola julgaram mesmo procedente rebatizar a psicanálise, passando a denominá-la de “psicologia psicanalítica do ego”.

exigido para eu me fazer entender, já que a linguagem é a estrutura” (Lacan, 2003, p. 223) ressaltando novamente a importância do simbólico.

A importância da linguagem para Lacan vem de suas formulações, mas também do contexto em que se insere. À época de suas primeiras elaborações, a teoria linguística de Saussure, assim como o estruturalismo de Lévi-Strauss como apontado anteriormente, tem grande destaque no primeiro ensino de Lacan que busca se adentrar nas causas dos produtos inconscientes a partir de algo material, apoiado em teorias científicas como a linguística estrutural de Ferdinand de Saussure, que compreende a língua como uma relação de significantes (imagens acústicas) que se associam a conceitos e formam um signo tal como elemento mínimo. O signo saussuriano, portanto, se constitui desses dois elementos sempre relacionados como unidade, separados por uma barra e entendido através da significação, na relação horizontal e linear com os demais signos.

Para Saussure o significante é a imagem acústica de determinado objeto do mundo exterior em que vivemos. Esse encadeamento de associação de sons utilizados para representar as coisas se associam a imagens. O autor utiliza o esquema onde essa representação acústica e a imagem são separadas por uma linha. Entretanto, Saussure já se atenta e alerta que “o erro foi acreditar que o lado psíquico é a ideia, enquanto o lado físico é o som, a forma, a palavra.” (Saussure *apud* Milano, 2018, p. 5). Esta ideia é apropriada e subvertida por Lacan, operando a partir do inconsciente, do sujeito duplamente alienado no outro e no Outro, em detrimento do sujeito consciente da linguística.

Desse modo, Lacan desfaz a necessidade intrínseca da relação significado/significante (s/S) que compõe o signo, dando agora primazia ao significante, desse modo a equação é invertida, significante/significado (S/s). Ele enfatiza que a linguagem ultrapassa aquilo que sentimos e nos domina, compreendendo que algo pode não ter sido dito, mas está implícito. O significado é colocado abaixo da barra como aquilo que não está elaborado pelo sujeito de uma forma completa, aquilo que ele gostaria de dizer, mas não encontra (ou não quer encontrar) maneiras para explicitar.

Acrescenta-se à teoria a ideia de que um significante não pode existir sozinho, ele deve estar articulado e conectado a outros significantes para que tenha sentido. É a própria cadeia de significantes que dá o significado, este,

portanto, não pode preceder o significante. A barra também é subvertida como não mais aquilo que cola o significado ao significante, mas como ponto de cisão do sujeito inserido na linguagem. Os significados encontrados abaixo da barra podem ser apreendidos como inconsciente, que tem as suas representações **a partir do significante.**

Nossa entrada na linguagem se dá através de um lugar simbólico dado pelo Outro Primordial, de maneira a moldar nossos desejos na forma da linguagem. Lacan elabora a ideia de que a linguagem nos domina, e não o contrário. Nascemos já inseridos em uma cultura que tem sua relação e articulação entre as palavras, que molda e limita a nossa compreensão e maneira de expressar aquilo que está no nosso inconsciente; é necessário nos submetemos aos significantes que são apresentados pelo Outro, alienação no Outro.

À compreensão da proposta epistemológica da psicanálise na relação entre experiência clínica e elaborações teóricas articula-se, portanto, o processo analítico e os conceitos e elaborações pertinentes à teoria lacaniana relevantes para esta pesquisa.

5. A INTERFACE SURDEZ-PSICANÁLISE

Nas primeiras elaborações da psicanálise Freud introduz a compreensão de que o trabalho psicanalítico se fundamenta no método de associação livre, pressupõe o tratamento via fala, através de um discurso oralizado, sem nunca ter comentado acerca da possibilidade ou não de se fazer análise com pessoas surdas. A primazia pela fala como principal instrumento e via de análise permanece nos autores pós-freudianos aos dias de hoje e a produção acerca da interface surdez-psicanálise avança a passos lentos, como apontado por Halabe (2018, p. 9):

Com a clínica psicanalítica constatamos que a situação não é diferente. Através da experiência de analista e do envolvimento com escolas de psicanálise, percebemos que há pouca produção que trata sobre o assunto [...] e não encontramos psicanalistas que estejam preparados para este atendimento.

Lacan, a partir de sua releitura atenciosa de Freud oferece uma renovada perspectiva à psicanálise e, apesar de também não se debruçar sobre as especificidades do trabalho com analisantes surdos, oferece pistas para a compreensão desse suposto impasse.

No retorno a Freud proposto por Lacan e sua crítica à inadequação de uma clínica puramente egóica passível de discurso normatizante, pode-se interpretar um Lacan que já aponta para algo de uma construção cultural imaginária de que a pessoa com deficiência auditiva não escuta e não fala, evidente na construção do termo errôneo e que já caiu em desuso de “surdo-mudo”.

Compreender a “cura pela fala” de forma literal possibilita que se exclua toda a população surda da possibilidade de se colocar como sujeito do inconsciente em uma análise, de se fazer ouvir. Para além, se a psicanálise do ego evoca a adequação do sujeito à norma, o que a impede de compactuar e reiterar o oralismo, isto é, compreender a Libras como desprovida de valor linguístico e desconsiderar a cultura surda, relegando-a ao status de subcultura, encarando o próprio sujeito com surdez como inferior, retrocedendo aos moldes postos pelo Congresso de Milão?

Lacan (2004), em seu seminário sobre a angústia, vem de encontro à má compreensão daqueles que consideram tarefa impossível o fazer analítico com surdos:

Tudo que o sujeito recebe do Outro pela linguagem, diz a experiência comum que ele o recebe sob forma vocal. A experiência de casos que O QUE ENTRA PELO OUVIDO não são tão raros assim, embora sempre se evoquem os casos espetaculares, como o de Helen Keller, mostra que existem outras vias que não as vocais para receber a linguagem. A linguagem não é vocalização. Vejam os surdos-mudos. (Lacan, 2004, p. 298-299).

Apesar de tratar como caso de exceção, Lacan corrobora em seus seminários com a compreensão de que a linguagem e, portanto, o encontro com o inconsciente e a clínica não se limitam à vocalização, mas sim de uma estrutura que possibilite se fazer ouvir.

A leitura crítica desses autores, que se atualize e reflita as questões da atualidade, é necessária para que se atravesse a concepção simplista de que o surdo não tem acesso à linguagem oral e é, portanto, supostamente incapaz de se constituir sujeito “normativo”.

Como esses acertos da teoria lacaniana e inadequações, no caso da má compreensão de uma psicanálise puramente egóica, se colocam no desafio de entender o sujeito surdo? Solé (2005, p. 5) em tom de autocrítica discorre:

Nada me parecia mais estranho do que pensar a clínica psicanalítica com sujeitos surdos. Trabalhar sem a fala em uma técnica que foi criada justamente por meio dela é hilário e, ao mesmo tempo, desafiador.

Deste modo se propõe a apresentação e discussão de pontos de tensão e perspectivas/debates contemporâneos a respeito dessa interface no que diz respeito à constituição do sujeito surdo, de modo a fornecer fundamentação para a discussão posterior acerca do trabalho clínico com o surdo.

5.1. Constituição subjetiva do sujeito surdo

O homem surdo modelo é talhado a partir da imagem que o ouvinte tem de si mesmo e a inabilidade em ouvir, faz com que

a execução completa desta imagem seja impossível em qualquer circunstância. (MOURA, 2005, p.17).

O excerto de Lacan na seção anterior acerca da surdez nos dá pistas a respeito de como a psicanálise pode se relacionar com o surdo, mas é insuficiente para pautar debates contemporâneos a respeito da surdez no trabalho e teoria psicanalítica. A contribuição de Lacan, de forma devidamente explícita encerra-se em comentários iniciais acerca da possibilidade de escuta da pessoa com surdez.

Os debates mais recentes na interface surdez-psicanálise¹² tocam, recorrentemente, na constituição subjetiva do surdo e resgatam Lacan para refletir sobre o tema. É fundamental apontar para duas compreensões distintas da surdez, uma perspectiva clínico-terapêutica, em que a noção da surdez como deficiência é central, facilmente aproximada ao discurso reabilitador do Oralismo; e um modelo socioantropológico¹³, que compreende a surdez como diferença cultural. À psicanálise não cabe prescrever uma compreensão única dos sujeitos surdos, mas, assim como procede com qualquer sujeito na clínica, deve apoiar-se em sua singularidade, nas suas posições subjetivas como guia para o tratamento que não busca a cura e/ou adaptação à surdez, naquilo que é presentificado na relação transferencial, o sintoma que não se restringe ao elemento da surdez.

A temática principal no que concerne a este trabalho, ao referenciar Lacan, revolve acerca da aquisição da linguagem pelo bebê e a entrada no registro simbólico, isto é, a forma com que o sujeito se constitui a partir da entrada na linguagem. Para as pessoas ouvintes, é no som que o bebê se orienta, na sua relação com o grande Outro intermediado/representado inicialmente pela mãe. Entretanto, no caso da surdez profunda anterior ao surgimento da oralização, além de dificultar a aquisição de linguagem oral, de que forma a surdez incide nessa relação?

¹² Faço referência a Lieber, Halabe, Solé, Neves, que apesar de abordarem temáticas diferentes na relação psicanálise-surdez, desde a clínica, teoria ou de setting, se atêm a um capítulo explanando de que se trata, isto é, como se constitui o sujeito surdo.

¹³ Conceito construído a partir dos Deaf Studies, nos anos 1970, que se dedicou a pensar a surdez a partir de perspectivas de identidade, cultura e linguagem.

Considerando-se a importância do outro e do Outro na interação com o bebê que o introduza como falante de uma língua e, portanto, na constituição da subjetividade deste, Lieber (2012, p. 3) discorre sobre o fato de que

[...] falar é, antes de tudo, ser autor, uma vez que ao aceitar uma regra o sujeito falante a modifica e realiza, assim, o universal da linguagem de forma singular por meio de uma língua, não sendo apenas o usuário dessa língua, ao inventar palavras e expressões, muitas vezes, enigmáticas.

Desta forma, indica-se que, apesar de não se dar pela audição, o bebê surdo também será colocado na mesma posição, falado em uma língua pelo Outro, a ele será atribuído um nome, e a ele são apresentados significantes que o banham e o introduzem na linguagem.

Para a psicanálise lacaniana, a linguagem se presentifica a partir do encontro do infans com a língua materna. Desse encontro, pode-se indicar dois pontos relevantes ao processo de constituição do sujeito. Bruce Fink em *O sujeito lacaniano* (1998) aponta para o aspecto essencial de aprendizagem da língua materna do indivíduo, ressaltando a própria expressão “língua materna”, no original *mOther language*, como evidência de alienação a uma língua que é, antes e sobretudo, de um Outro. Ao se tratar do surdo congênito, sobretudo de pais ouvintes, outro ponto é relevante: a qual língua materna este se refere? Halabe (2018) argumenta que a Libras será sempre língua materna de um surdo, independente do momento em que é adquirida. No sentido literal, a língua materna seria aquela que é a primeira aprendida, entretanto aponta que

A língua materna, ou Primeira Língua (L1), não é, necessariamente, a língua da mãe, nem a primeira língua que se aprende. Tampouco trata-se de apenas uma língua. Normalmente é a língua que aprendemos primeiro e em casa, através dos pais, e também é frequentemente a língua da comunidade. Entretanto, muitos outros aspectos linguísticos e não linguísticos estão ligados à definição. A língua dos pais pode não ser a língua da comunidade, e, ao aprender as duas, o indivíduo passa a ter mais de uma L1 (caso do bilinguismo). Uma criança pode, portanto, adquirir uma língua que não é falada em casa, e ambas valem como L1. [...] De forma geral, contudo, a caracterização de uma Língua Materna como tal só se dá se combinarmos vários fatores e todos eles forem levados em consideração: a língua da mãe, a língua do pai, a língua dos outros familiares, a língua da comunidade, a língua adquirida por primeiro, a língua com a qual se estabelece uma relação afetiva, a língua do dia a dia, a língua predominante na sociedade, a de melhor status para o indivíduo, a que ele melhor domina, língua com a qual ele se sente mais à vontade.... Todos esses são

Caso se compreenda a Libras como uma segunda língua para o surdo, nega-se o caráter essencial da constituição do sujeito surdo e se reforça a perspectiva Oralista que procura adequar o sujeito à “norma”. É relevante apontar, portanto, que a língua oral, no caso o português no contraponto à Libras, jamais será utilizada na interação entre duas pessoas surdas, complementada pela leitura orofacial, pois não é a língua materna do surdo. A leitura orofacial é, sobretudo, uma adequação da surdez para acomodar o estranhamento dos ouvintes, sobretudo aqueles não fluentes ou capacitados em Libras.

De toda forma, é deste encontro infans-Língua Materna que Lacan aponta para a *lalangue* que são “os aluviões, os depósitos da chuva de significantes que chegam pela língua materna, objetos de material fônico, plenos de mal-entendidos e de criações singulares.” (Ribeiro *apud* Lieber, 2015, p. 38). A *lalangue* articula-se ao desejo do Outro e possibilita a constituição do sujeito e é o que permite que se produza um corpo de sujeito posteriormente significantizado. O infans deixa de ser pertencente estritamente ao registro do real, completo, e é inserido pelo Outro ao interpretar suas demandas, registrando-o no simbólico.

Em concordância com a ideia introduzida, Caldas e Santos (2018) se aprofundam na temática e elucidam a compreensão da relação voz-surdez na construção subjetiva do surdo, assim como da compreensão da clínica psicanalítica em Lacan, através da distinção entre três verbos ‘ouvir’, na língua francesa: *ouïr*, *entendre* e *écouter*. Etimologicamente, o termo *ouïr* se traduz pela ideia de “perceber sons pelos ouvidos”; enquanto *entendre* é compreendido como ter sua atenção voltada para algo, implicando, portanto, um ouvir que exige um outro; já *écouter* carrega consigo a ideia de escutar, perceber e é o termo escolhido por Lacan na escuta analítica (*L’écoute analytique*). Desse modo, as autoras discorrem:

‘Ouvir’ permite certa homofonia com ‘haver’ e sustenta o campo de que se trata. Se houve o Outro, então o sujeito fez sua entrada na linguagem. Há um ouvido físico deficiente para a inscrição de sons, mas há um aparelho psíquico, aparelho da linguagem que sustenta as inscrições do que houve do Outro, de sua presença enigmática. (Santos; Caldas, 2018, p. 32).

Para a psicanálise lacaniana, coloca Lieber (2015), a linguagem não está posta, mas se insere e estrutura a partir do que surge no encontro do infans com a língua materna. Neste sentido, a distinção entre a constituição subjetiva do infans surdo ao do infans ouvinte não se dará, portanto, de forma tão distante, sendo a distinção mais evidente entre os dois a respeito, sobretudo, da língua a que se refere. No processo de maturação do bebê em direção à aquisição de linguagem, ambos passam, como aponta Souza (2021) pelo estágio do balbucio que indica uma primeira etapa de tentativa de articulação sonora que se complexifica em direção à prosódia e, posteriormente, à fala. No infans surdo de pais surdos, estando a Libras presentificada e utilizada na comunicação familiar, torna-se possível que o bebê produza seus primeiros Sinais, a partir dos 8 meses (Albrecht *et al.*, 2022).

O que é colocado em jogo a respeito da constituição subjetiva da criança é, sobretudo, um ouvir que não se restringe à audição e um falar que não exige a oralidade, mas sobre as interações com o outro, trocas e respostas a respeito daquilo que pertence a relação da criança com seu meio ambiente e daqueles que a cercam.

Desse modo a constituição subjetiva da criança surda é, de fato, singular, porém não necessariamente destoante, já que é próprio da psicanálise a compreensão de que o sujeito se constitui sempre de modo único. Especificamente, para Lacan, é a resposta possível para o sujeito articular e amarrar (ou não) os três registros do real, simbólico e imaginário, da forma como é inserido no mundo.

Seria imprudente, entretanto, não elencar os atravessamentos que a surdez, não de forma ontológica, mas sempre através do outro/Outro pode interceder na constituição subjetiva de uma criança surda. Marzolla (2010) oferece um relato que introduz um ponto importante a ser discutido. No caso de Júlia¹⁴, uma bebê de 3 anos, surda desde seus 2 meses em decorrência de uma meningite, que aguarda por um implante coclear na rede particular. O atentado do 11 de setembro faz disparar o dólar e adia, indefinitivamente, a possibilidade de bancar tal cirurgia. Marzolla (2010, p. 20) relata

¹⁴ Nome fictício.

[...] vou repetir suas palavras, que ficaram cravadas em minha memória: “Minha filha vai entrar no mundo!” Ou seja, para Nina, Júlia, com 3 anos de vida, estava pairando em algum lugar que não propriamente este nosso mundo.

O adiamento da entrada da criança no mundo, ou a convicção desse adiamento ser possível, sem prejuízo, assim como o luto permanente por uma criança ideal, intercede na constituição subjetiva da criança. Para além da não oferta de um aparato linguístico cognitivo essencial que possibilite ao infans se haver com o mundo, a surdez, aponta Lieber (2015), pode produzir, para além de uma marca no orgânico do sujeito, marcas que condicionam a vida do sujeito a partir do imaginário social que podem gerar efeitos negativos engendrados no sujeito.

O sujeito surdo não se limita ao aspecto dessa marca, presente ou não em sua história, mas frequentemente é atravessado por tais questões através do estigma de uma sociedade ouvinte e, portanto, pode configurar como sofrimento psíquico, e da qual o trabalho de escuta psicanalítica pode se ocupar.

6. A CLÍNICA PSICANALÍTICA COM A SURDEZ

A escuta clínica, ainda que não aconteça sobre a garantia de um registro sonoro, é efetiva para as cadeias associativas que ela possibilita abrir e para os movimentos transferenciais revelados. (Solé, 2005, p. 89).

Ao longo dos capítulos anteriores, buscou-se evidenciar que não se faz necessário questionar se a clínica psicanalítica pode atender aos anseios e demandas da população surda, mas sim *como* pode-se trabalhar na clínica com pacientes com deficiência auditiva. Para além do aprendizado de Libras e imersão na cultura dos surdos, impreterível para qualquer análise que se proponha a realmente escutar um indivíduo que pertence a uma cultura distinta à do analista, é necessário apontar os possíveis obstáculos e idiosincrasias deste tipo de atendimento.

Neste capítulo, portanto, busca-se apresentar, através de publicações que se debruçaram no atendimento psicanalítico com analisantes surdos, percepções a respeito do modo de escuta clínica que pode ser ofertado, suas especificidades frente ao setting, assim como elementos fundamentais de atos falhos, chistes, interpretações e uso de intérpretes no setting.

6.1. O setting

O divã passa a ser instituído como objeto representante de análise, ao mesmo tempo em que se consolida como um dos instrumentos de manejo técnico na composição do setting psicanalítico. No entanto, é preciso questionar a função do divã na clínica da atualidade e o sujeito que se dispõe a deitar-se nele. Afinal, o divã pode nos trazer outros fundamentos, além daqueles apresentados por Freud. (Lisboa, 2017, p. 110).

Inicialmente a psicanálise se dedicou ao tratamento das históricas, estas, portanto, tidas como sujeito fundante da psicanálise. Entretanto Freud avança em sua teoria do aparelho psíquico e do campo pulsional, assim como no tratamento das neuroses e, posteriormente – a partir de Melanie Klein, Lacan e respectivos seguidores –, das psicoses, além da análise de crianças inicialmente inconcebível para Freud, mas presentificado no trabalho de Klein, Anna Freud e

Winnicott. De maneira similar, o setting psicanalítico também passa por suas reformulações, desde um Freud ligado a Breuer e à hipnose, ao método de associação livre e escuta flutuante, das sessões de 50 minutos ou atreladas ao tempo lógico.

A importância do setting não se faz, portanto, a partir de uma consistência pormenorizada como técnica psicanalítica, mas como elemento que contribui para a direção de uma análise que abarca, sobretudo, um método e uma ética pela qual a relação analisante-analista é estabelecida, sendo esta uma consideração já presente em Freud em *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* e *Sobre o Início do tratamento*, publicados em 1912 e 1913, respectivamente.

Em *Quando a Cidade se torna o setting analítico da psicose*, Morais (2021, p. 2) discorre sobre o trabalho de acompanhamento terapêutico, nascido na efervescência da Reforma Psiquiátrica, como alternativa de setting para uma “assistência à loucura para além dos muros institucionais”, de forma a reconfigurar espaços e sentidos do acompanhado com as redes a que se ancora. A psicanálise também se presentifica de forma particular no próprio trabalho dentro das instituições e nas ruas, onde tanto por limites físicos ou temporais, o trabalho se dá de forma breve e pontual, sem a necessidade e/ou possibilidade da passagem ao divã.

Para Freud, a escolha pelo divã é explicitada em *Sobre o início do tratamento* (1996c), em que Freud aponta em primeiro lugar seu mal-estar em relação a estar frente-a-frente com o analisante e, em segundo lugar como uma forma de isolar a transferência das possíveis interpretações de feições e reações do analista a partir da escuta do que é presentificado na associação livre por parte do analisante. Na releitura de Freud por Lacan, referido à clínica do Real, a passagem ao divã marca o fim das entrevistas preliminares e inaugura a entrada em análise com a formalização do sintoma.

Se entendido de forma literal, o ato de passagem ao divã é impossibilitado na clínica com surdos visto que a Libras, como língua materna, não pode estabelecer comunicação fora do campo visual¹⁵. No caso da língua oral aliada ao uso do divã, o caráter modular do discurso ainda é presente, isto é, os tons

¹⁵ A língua de sinais pode também ser usada pelo contato, tal como no caso de pessoas surdo-cegas, como no caso de Helen Keller, nominalmente citada por Lacan.

que carregam consigo algo do nível do afeto a nível de enunciação. No caso da Libras isto se presentifica a partir das expressões faciais, que configuram um dos cinco parâmetros da Libras e que, sem elas, rebaixa-se o discurso presentificado na sinalização de Libras a um caráter de enunciado. Este ponto é ainda mais relevante se levarmos em consideração, como apresenta Schaffer (1999), a importância que a teoria lacaniana atribui ao lugar do sujeito de enunciação, como processo em que este se produz e é produzido e relegando o enunciado justamente à condição de produto desse ato individual que evidencia, sobretudo, uma fabricação própria do sujeito falante.

O falasser se presentifica de mesmo modo, através da Libras e, portanto, o que é necessário para a possibilidade de análise se coloca, sobretudo, dependente da fluência do analista na língua em que se pretende atender, assim como toda e qualquer análise.

6.2. Atos falhos, chistes e interpretações

A genialidade de Freud na investigação do inconsciente, diz Leite (2010) se dá em grande medida a partir de modelos clínicos e interpretações que se voltavam principalmente para aspectos do funcionamento da linguagem, seja no trabalho interpretativo dos sonhos, pelo transbordamento do ato falho à fala, ou a introdução do método de associação livre. O acerto de Lacan, explicitado no capítulo dois desse trabalho, se refere à sua primeira clínica¹⁶ que propõe uma releitura de Freud, justamente a partir da linguística estruturalista de Saussure à qual Freud não teve acesso. Lacan, portanto, pôde articular algo a partir de um rigor técnico na interface psicanálise-linguística que não é propriamente nomeado em Freud, a primazia do significante. Lacan (1998a) discorre, em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, sobre o significante não se referir a nada a priori, a não ser na relação com outros significantes em cadeia. Além disso, Lacan também pôde levar em conta Roman Jakobson, em suas elaborações a respeito da condensação e deslocamento de Freud como

¹⁶ O uso do termo 'primeira clínica' é aqui utilizado para diferenciar um primeiro momento de Lacan, explicitamente estruturalista e uma clínica ainda referida ao simbólico, e uma 'segunda clínica' do Real.

operações que têm como resultado/efeito a metáfora, pela similaridade e a metonímia por seu caráter de contiguidade.

Lacan também introduz a elaboração do sujeito como falta-a-ser, um sujeito que é significantizado pelo Outro e, nessa alienação, pode ser presentificado apenas no intervalo da cadeia de significantes. Assim,

É essa posição intervalar do sujeito que produz os lapsos e os atos falhos no discurso. São efeitos do inconsciente estruturado como linguagem o que se diz sem querer dizer. E isto não é outra coisa senão a produção de um saber que não se sabe. É precisamente nos tropeços de uma fala que "a análise revela a verdade dessa relação, ao fazer dos furos do sentido os determinantes de seu discurso" (Lacan *apud* Ferreira, 1998, p. 815).

Dada a importância da presença dos atos falhos, lapsos ou chistes na associação livre do analisante, precisamente como forma de presentificar algo do discurso do sujeito do inconsciente, interessa apontarmos para aquilo que pode diferir na escuta da clínica da surdez.

Desta forma, foram destacados trechos de entrevistas e casos clínicos publicados com o propósito de identificar aspectos relevantes na particularidade do atendimento feito em Libras. As pesquisas utilizadas neste subcapítulo foram: a tese de doutorado *O inconsciente e a língua de sinais, a não exclusividade sonora na constituição do sujeito*, de Marcelo Wagner de Lima Souza (2021); o livro *O Sujeito surdo e a psicanálise: uma outra via de escuta*, de Maria Cristina Petrucci Solé (2005); e o artigo "Slips of the tongue, sleights of the hand", de Nancy J. Crown (2008). Apesar de o último trabalho se referir à American Sign Language, sua utilização como apoio se deve à carência de casos clínicos com surdos relatados na literatura revisada/consultada.

As intervenções referentes aos atos falhos e lapsos serão divididas em categorias devido ao contexto distinto em que são produzidos: ato falho de analisante oralizado que utiliza a língua de sinais e a oralização, ou Libras complementada pela fala, no caso de pacientes oralizados anteriormente ou posteriormente à perda auditiva; atos falhos em Libras; e por último considerações da clínica acerca do analista.

6.2.1. Ato falho: Língua de sinais e oralização simultânea

No artigo de Crown (2008), a autora relata o caso de L, um homem surdo oralizado¹⁷ que recorrentemente leva em consideração o conforto dos outros em detrimento ao seu próprio. Ao relatar uma situação delicada com um amigo próximo, L sinaliza em ASL que a situação “It really bothered me much”¹⁸ enquanto verbalizava “It really didn’t bother me much”¹⁹. Ao ser apontado pela analista a discrepância entre seu discurso oral e sua sinalização, L se mostra surpreso com a situação, mas discorre sobre o fato de se sentir pressionado a cuidar de seu amigo, mesmo quando este não está presente. A interpretação dada pela autora diz respeito à diferença dos contextos em que L sinaliza, com seus pares surdos e com maior sensação de bem-estar e conforto; e o contexto em que interage com pares ouvintes, ocasião em que busca transparecer atitude mais positiva e descontraída, guardando afetos negativos para si.

No ensino de Lacan há a distinção dos termos ‘moi’ e ‘je’, ambos referentes ao pronome ‘eu’ em português. Na nota de tradução dos *Escritos* (1998, p. 936) de Lacan, a tradutora Vera Ribeiro indica que

je = [eu]; *moi* = eu

Para distinguir na tradução em português o uso do *moi* e do *je* franceses, adotou-se solução análoga à utilizada na versão brasileira do Seminário 2 de Lacan (ver ali as “Notas do tradutor”, p. 408): *je*, sujeito do inconsciente, vem grafado entre colchetes, [eu]; *moi* é convencionalmente grafado, eu. Respeitou-se ainda, na versão destes termos, o uso feito por Lacan de maiúsculas e/ou itálicos.

O *moi* é recorrentemente utilizado para traduzir o *Ich* freudiano, que por sua vez é traduzido frequentemente como *ego* no português. No meio de tantas traduções e transcrições, a distinção entre os discursos em ASL e oralizado de L parece nos dar pistas, quando o próprio analisante aponta a distinção dos contextos em que usa cada língua, a respeito dos aspectos subjetivos atrelados a cada uma das suas formas de comunicação. A ASL, no caso de L, parece mais

¹⁷ L utiliza a comunicação simultânea (SIM-COM), sinalizando enquanto fala. A particularidade das LS permite que seja utilizado um número reduzido de sinais que comunicam aquilo que se fala, de forma simultânea.

¹⁸ Em tradução livre: “Me incomodou muito”.

¹⁹ Em tradução livre: “Não me incomodou muito”.

passível de fazer emergir algo pertinente ao discurso do sujeito do inconsciente atrelada, geralmente, aos contextos em que L se sente mais “solto”.

Outro trecho clínico de interesse nesta subseção se encontra no livro de Solé (2005). A autora apresenta o caso de Eva, de 27 anos, surda profunda. Relata um sonho em que estava em um ônibus ocupado somente por surdos, que tomba em uma ponte. Ao seu lado vê um trator dirigido por um homem ouvinte. Ela consegue se agarrar ao trator antes de ônibus despencar. Ao oralizar a palavra ‘trator’, Eva vocaliza no lugar a palavra ‘traidor’. Solé aponta para a discrepância e pergunta quem é traidor. Eva prontamente responde “os homens”. Desta situação a autora aponta para o manejo da transferência. Apontar uma vocalização “errada” para um surdo pode ter consequências desastrosas na transferência estabelecida, afirma Solé (2005, p. 83), pois pode se apresentar como discurso aproximado do Oralismo, que corrobora com a perspectiva normatizante e reabilitadora da surdez. Solé, portanto, destaca que só se permitiu intervir dessa forma, levando em conta o tempo de análise prolongado de Eva e o estabelecimento de uma boa transferência.

6.2.2. Ato falho em Libras

Em sua tese de doutorado, Souza (2021, p. 162) apresenta a situação de Carla, jovem surda de 20 anos que está prestes a concluir o ensino médio. Começou a ser atendida por vontade de sua mãe que estava muito preocupada pela tentativa de suicídio da filha. A analisante relata que estivera se sentindo muito pressionada na escola, pelo seu desempenho escolar e pelas expectativas acerca da escolha profissional. Carla, no seu relato do dia a dia da escola, intenciona sinalizar que se sente por muitas vezes *envergonhada* quando precisa responder algo na sala, ou a respeito de algum posicionamento em classe. Entretanto, Carla utiliza o sinal do verbo *gritar* no lugar de *vergonha/timidez*. Souza (2021) maneja a situação questionando-a a respeito do equívoco do termo e Carla discorre sobre como guarda seus anseios para si mesma. O analista ainda pergunta se este acúmulo dentro dela não a faz querer “pôr para fora” e “gritar” às vezes, no que é respondido de forma afirmativa. O autor ainda aponta que, a partir de tal intervenção, Carla pôde narrar novos eventos e narrativas de um maior deslizamento da cadeia de significantes.

Na ocasião em que Freud produz autorrelato a respeito do esquecimento de um nome em *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana* (1996b), em questão o nome do pintor Signorelli, Freud produz um verdadeiro deslocamento, uma sucessão de nomes similares até chegar ao nome que quisera lembrar. Freud, já neste momento de elaborações, aponta a homofonia como elemento facilitador da emergência do inconsciente presentificado nos atos falhos. É o que ocorre, de forma análoga, no caso de Carla ao sinalizar *gritar* no lugar de *timidez/vergonha*, não através da homofonia, mas de uma aproximação entre os parâmetros dos Sinais. No caso, se levamos em conta os cinco parâmetros da Libras: a configuração de mão e orientação da mão são idênticas nos dois Sinais, o movimento é similar, sendo a expressão facial e o ponto de articulação o que define a distinção entre os dois Sinais.

Reitera-se, portanto, a arbitrariedade da relação significante/significado dos Sinais que, no caso dos dois Sinais “confundidos” no ato falho de Carla, se aproximam por sua similaridade em dois parâmetros de Sinal, mas que não apresentam significado intrínseco por si só.

Apesar de não se estabelecer uma análise feita em Libras, o caso de Paulo, relatado por Solé (2005) permite que façamos outras elaborações importantes referentes à relação significante/significado. Paulo é um homem de 27 anos, surdo profundo. A família não é capaz de precisar quando este ficou surdo, mas apontam que ocorrera já no primeiro ano de sua vida. O analisante não utiliza a Libras e prefere oralizar, tanto no contexto de tratamento quanto fora. Dependia da leitura orofacial, que nem sempre era eficaz, mas Solé aponta que nunca pedia para que repetissem uma frase. Ao relatar sua relação com o primo, Paulo diz que costumavam sair juntos, mas que o primo não o convida mais porque acha que ele é “pouco influente”. Quando a analista marca o significante, influente, Paulo explica se tratar de adjetivo das pessoas que “não tem influência nas conversas”. A analista aponta que Paulo conhece o prefixo ‘in’, de negação, mas emprega o significante com um outro significado, apontando para o não-convite por parte do primo justificado por sua impossibilidade de falar. Paulo, como aponta Solé (2005), não partilha com o simbólico o significado de certas palavras, permitindo que ele a empregue em um outro sentido arbitrário, reafirmando o descolamento do significante/significado.

6.2.3. O analista na clínica com a surdez

Em contraponto ao que foi apresentado até o momento neste capítulo nas articulações referentes ao discurso do sujeito do inconsciente, é necessário fazer apontamentos acerca do lado do analista. Em *A direção da cura e os princípios de seu poder* (1998b) Lacan se apresenta envolto pelo questionamento acerca do fazer analítico. Qual o lugar do analista?

Lacan propõe que o sujeito, a partir de sua inscrição no simbólico, desponta o movimento do desejo na cadeia de significantes e que dessa operação algo que não pode ser compreendido no simbólico, sobra, objeto a. Posteriormente, no seminário *O Averso da Psicanálise* (1992), Lacan elabora os quatro discursos – do Mestre, do Universitário, da Histórica e do Analista. Apesar de Lacan já tratar sobre o lugar do analista ao longo de seu ensino, aqui pode-se apontar uma formulação precisa sobre o lugar do analista, como semblante de objeto a, causa de desejo. O lugar do analista, portanto, é um lugar de vazio, como discorre Andrade Júnior (2007, p. 191):

Ao tomá-lo como causa de seu desejo, o analisante deposita, na figura do analista, o desejo que para ele é uma incógnita: deste lugar de objeto a, o analista permite-se ser tomado como Outro pelo analisante, para desvelar, nesse movimento, o próprio desejo que move o sujeito em análise. Há um semblante, um “fazer-de-conta ser o objeto capaz de realizar o desejo do paciente”.

Dessa forma Lacan, ao propor o lugar do analista como objeto a - causa de desejo, se contrapõe ao modelo de cura adotado até então pela IPA, assim como se coloca contrário a uma contratransferência, advinda do inconsciente do analista, como guia da análise. Lacan não nega a existência ou importância da contratransferência, mas ressalta esse não-lugar.

Não é necessário apontar diferenças na posição do analista na clínica com surdos, posto que a compreensão deste trabalho até o momento se apresenta no sentido de não haver distinções *per se* da clínica com ouvintes. Entretanto, identifica-se pontos específicos à clínica com a surdez concernentes ao lugar do analista: possibilidades de escuta particular das línguas de sinais que não

encontram correlato no português; os ruídos particulares na comunicação do atendimento em línguas de sinais; e o uso de intérpretes no setting.

Em “Slips of the tongue, sleights of the hand”, Crown (2008) apresenta dois relatos relevantes aos tópicos levantados. No caso de H, um homem com depressão severa e problemas no casamento, a análise é feita em ASL e em certa sessão o analisante relata o quanto sua esposa frequentemente o impede de fazer algo por não acreditar que ele é capaz, dinâmica que a analista compreende ser similar ao que viveu com seus pais, na infância. A analista repete o que H acabara de contar, utilizando uma particularidade das línguas de sinais, o espaço mental sub-rogado, definido por Araújo (2016, p. 1168) como aquele que

[...] consiste em um espaço mental onde as coisas e as pessoas são tratadas como se estivessem presentes. Assim, existe semelhança entre o modo como se faz referência no espaço sub-rogado e a referência aos seres fisicamente presentes. Nesse espaço, representado visualmente por uma espécie de encenação, pode ser narrado algo que já aconteceu ou vai acontecer. Nele, o sinalizante assume o papel de narrador e dos personagens que participam da narrativa.

O espaço sub-rogado é utilizado cotidianamente na Libras e traz consigo uma narração marcada no corpo que não é encontrada em um relato oral, o que possibilita uma transcrição mais aproximada do real.

A partir da visualização de sua própria narrativa no corpo do outro, H é capaz de perceber como as negativas da personagem-esposa causavam raiva no personagem-H e pode dizer, também, de sua própria raiva, expressando “Yes, yes, me too! That’s it!”²⁰ (Crown, 2008, p. 359).

O segundo relato que interessa ao escopo desta subseção é o relato de Crown (2008) a respeito de ato falho, que atribuiu à contratransferência, por parte da analista. Em ocasião de uma sessão em que a analista se sentia especialmente frustrada com a analisante, utilizou o sinal de “imagine”, propondo reflexão acerca do que discutiam. Entretanto “errou” a configuração de mão, de dedo mindinho por dedo do meio. O ato falho produzido pela analista é facilitado pela “homofonia” do sinal e atribuído pelo descontentamento da analista, porém, posteriormente, Crown indica que com o progresso do caso pôde identificar

²⁰ Em tradução livre: “Sim, sim, eu também! É isso mesmo!”

muito da raiva da paciente neste ato contratransferencial, para além de um descontentamento próprio.

Por último, é necessário discutir sobre o uso de intérpretes no atendimento psicanalítico ao surdo. No seminário dois *O Eu na Teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (1985) Lacan apresenta o esquema L, utilizado como um esquema de topologia do discurso, que aponta para quatro elementos que dão suporte à palavra falada – Es-sujeito; moi-eu; a'-outro; e A-Outro. No vetor A-Es, Lacan aponta o inconsciente que atravessa a relação imaginária, isto é, tem-se notícias do inconsciente precisamente no atravessamento da relação imaginária, justamente a intenção do trabalho analítico.

Dessa forma, são presentificados no jogo de análise a dois, ao menos quatro elementos, o sujeito do inconsciente e o moi-imaginário do analisante, a própria linguagem-Outro e a figura imaginarizada do analista. No setting complementado pelo intérprete, portanto, quantos elementos se inclui para dar substância ao discurso do analisante? O que se perde na transcrição da transcrição de um discurso?

A tese de doutorado de Halabe (2008) oferece insights a respeito do uso de intérpretes neste contexto, a partir de entrevistas com intérpretes de Libras. Rodrigo, um dos entrevistados, quando perguntado a respeito do trabalho com psicólogas ou psicanalistas, responde

Tem uma coisa que eu gostaria de falar. Lá [IESF]²¹ nós temos uma psicóloga. É a Angela. A Angela é maravilhosa. Só que ela é da Gestalt. Mas a Angela ficou muito assim restrita... Ela ficou assim: “eu quero falar com eles, pede pra eles botarem o aparelho”. Essa intervenção inicial foi muito difícil, professor, porque ela queria que eles não tivessem o intérprete, porque ela ficava se perguntando assim: “como é que vai ser o atendimento, o intérprete e o aluno surdo?”. Só que assim, a gente começou a fazer o seguinte, um acordo, o analista faz o acordo com o intérprete, a gente trabalha através de acordo, e o intérprete, acordo com o analista, né? Ele vai dizer o que ele precisa de mim e eu vou dizer o que eu preciso dele. Primeira coisa que eu digo pro analista: “não olha pra mim, olha pro surdo”. Em ocasião nenhuma... Ah! Eu vou olhar pro... não. Isso é um absurdo... pro surdo, sempre. Você vai perguntar olhando pro surdo. Você vai... e ele vai te olhar. Eu estou aqui de lado, tendo essa visão e interpretando. (Rodrigo *apud* Halabe, 2008, p. 124).

E continua, quando perguntado a respeito da tradução

²¹ Instituto de Ensino Superior Franciscano do Maranhão.

Na verdade, a tradução nunca é fiel. Porque lá no código de Ética da gente: “a tradução tem que ser fi...”. Não existe, porque a tradução é sinônimo de falsidade, eu digo logo, porque você não tem uma tradução fiel. Mas a gente tenta usar a subjetividade... (Rodrigo *apud* Halabe, 2008, p. 124).

Apona-se, portanto, que a terapeuta e o intérprete do caso têm consciência de que o discurso de um sujeito não pode ser traduzido de forma imparcial e que abarque todas as nuances daquele que fala. A Angela importa a preocupação com o sigilo e com a escuta do discurso vindo diretamente do paciente surdo, entretanto é colocada em segundo plano a qualidade desse discurso que será proferido no português, língua à qual o surdo não se sente pertencente, aproximando-o de uma perspectiva Oralista. No caso de Rodrigo há a compreensão de que sua tradução, no contexto de uma psicoterapia, nunca será suficiente. Desse modo, o uso de intérpretes no contexto de análise é, sobretudo, paliativo, e aponta para a insuficiência e necessidade no que concerne o ensino e difusão de Libras na formação dos psicanalistas.

7. CONCLUSÃO

Longe de defender uma conclusão das possíveis articulações a respeito da interface psicanálise-surdez, propôs-se dar destaque aos caminhos já trilhados por outros autores, que se aprofundaram propriamente no tema, e assim apontar um início a outras articulações possíveis a partir da perspectiva de alguém que se encontra ainda no início de seu trajeto na psicanálise. Desse modo, o que se conclui?

O que se conclui é apenas o tempo hábil para a realização desta escrita. O interesse pela relação surdez-psicanálise se mantém e não cessa com o fim deste trabalho. Neste percurso pude entrar em contato com leituras e perspectivas muito distintas acerca da surdez, assim como articulações anteriormente ininteligíveis ao autor, sobretudo por uma insuficiência própria de base teórica, que vem seguida de grande satisfação por, ao adentrar ainda mais na discussão e amadurecê-la, tornar tais leituras e perspectivas, paulatinamente, compreensíveis.

Decorrido este percurso é possível perceber a prematuridade da proposta inicial deste trabalho, que tinha como um de seus objetivos principais a prescrição de atualizações do setting psicanalítico para melhor 'acomodar' as particularidades do surdo, atitude que se alinha à normatização do diferente e à Comunicação Total como uma espécie de amortização de dívida com os surdos que, no fim, nada resolve.

Ulteriormente, este trabalho se pretende como início de mais uma conversa acerca do tema, importante na medida que se constata a carência de produções e atenção dada ao assunto especificamente na psicanálise. Entretanto é possível apontar para certos aspectos que aparentam ser mais produtivos no rumo dessas conversas.

Uma primeira formulação: a psicanálise deve se colocar ao lado da Libras na defesa da filosofia de ensino do Bilinguismo. A psicanálise, desde Freud, não se propõe a adequar o sujeito à norma, mas aposta na escuta do sujeito em sua singularidade e, portanto, não poderia se filiar a nenhuma filosofia de ensino que busque adequar o sujeito surdo ao mundo ouvinte.

A carência do atendimento psicanalítico com surdos não se coloca por falta de demanda ou pela exigência de uma clínica destoante

metodologicamente da clínica com ouvintes. O sujeito surdo se estrutura, assim como o ouvinte, nas estruturas clínicas a depender de sua resolução edípica, não indicando nada de novo nesse aspecto. A carência da psicanálise a respeito da surdez se presentifica, sobretudo, pela formação faltante em Libras por parte dos analistas.

Com a elaboração do capítulo a respeito do histórico da surdez é evidente que houve avanços e conquista de espaço pelos surdos, mas é importante identificar, também, os retrocessos e poder apontá-los como tal. Em setembro do ano passado a FUNDASP decidiu pelo fechamento da escola DERDIC, sem grandes explicações. Além disso, a contratação de funcionários surdos na PUC-SP para um trabalho ocioso e mecânico coloca-os em uma posição assujeitada. É necessário pensar outras estratégias que levem em consideração movimentar, assim como a análise se propõe a fazer, o desejo desses sujeitos. Além disso, é necessário pensar formas de inclusão de surdos no próprio corpo discente do curso de Psicologia da PUC-SP e, principalmente, nas escolas de formação em psicanálise, a partir da compreensão que um sujeito surdo estará apto, imediatamente, a atender um analisante surdo, desde que possa participar da formação de analista.

Por último se destacam dois pontos levantados ao longo do trabalho: o uso do vocábulo surdo-mudo em Freud e Lacan, termo que na contemporaneidade já não é mais utilizado, sendo referido apenas como surdo; e a distinção entre os termos *ouir*, ouvir pelo ouvido, e *entendre*, que implica atenção voltada para algo, um ouvir que exige um outro. O sujeito surdo fala, cabe ao analista achar meios de ouvi-lo.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRECHT, F. A. M.; MOTA, R. S.; TRINDADE, G. M.; VIEIRA, M. A. Benefícios da comunicação com bebês, a partir de 8 meses, através do ensino da língua de sinais. **RELAEC - Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, Salvador, v. 3, n. 13, p. 1-28, Jan./Fev. 2022. DOI 10.55470/relaec.37401. Disponível em: <https://doi.org/10.55470/relaec.37401>. Acesso em 20 set. 2023.

ANDRADE JUNIOR, M. O desejo em questão: ética da psicanálise e desejo do analista. **Psychê**, São Paulo, v. 11, n. 21, p.183-196, Jul./Dez. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382007000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 20 set. 2023.

ARAÚJO, M. N. O. A alternância no uso dos espaços token e sub-rogado na narrativa do surdo. **Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais de Humanidades**, Brasília, n. 6, p. 1163-1184, 2016. Disponível em: <https://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/?file=anexo,1,11710,3134,3134.Aspectos%20da%20estrutura%20morfossint%C3%A1tica%20do%20portugu%C3%AAs%20nas%20produ%C3%A7%C3%B5es%20textuais%20de%20osurdos>. Acesso em 20 set. 2023.

BARATTO, G.; AGUIAR, F. A “psicologia do ego” e a psicanálise freudiana: das diferenças teóricas fundamentais. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 19, n. 25, p. 307-331, Jul./Dez. 2007. DOI 10.7213/rfa.v19i25.1186. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/rfa.v19i25.1186>. Acesso em 20 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **Teste da Orelhinha, dica elaborada em agosto de 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/teste-da-orelhinha>. Acesso em 20 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **Surdez, dica elaborada em junho de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/surdez-3>. Acesso em 20 set. 2023.

BREUER, J.; FREUD, S. (1895). Estudos sobre a histeria. *In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 2*. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 15-297.

COMITÊ BRASILEIRO SOBRE PERDAS AUDITIVAS NA INFÂNCIA – CBPAI. Recomendação 01/99 do Comitê Brasileiro Sobre perdas Auditivas na Infância. **Jornal do CFFaJ - Conselho Federal de Fonoaudiologia**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 1-8, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344874815_Comite_Brasileiro_sobre_Perdas_Auditivas_na_Infancia_-_CBPAI/link/5f95ac81a6fdccfd7b7e4cc1/download. Acesso em 20 set. 2023.

CROWN, N. J. Slips of the tongue, sleights of the hand: Observations on Psychotherapy in Sign Language. **Psychoanalytic Psychology**, Washington, v. 25, n. 2, p. 356–362, 2008. DOI 10.1037/0736-9735.25.2.356. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0736-9735.25.2.356>. Acesso em 20 set. 2023.

FERREIRA, N. P. Jacques Lacan: apropriação e subversão da linguística. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 113-132, Jan./Jun. 2002. DOI 10.1590/S1516-14982002000100009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982002000100009>. Acesso em 20 set. 2023.

FINK, B. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Trad. Maria L. S. Câmara; Cons. Mirian A. N. Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FREUD, S. "Hipnose". *In*: Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889). *In*: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud, v. I**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. Disponível em: https://www.valas.fr/IMG/pdf/Freud_portugais_A1-9.pdf. Acesso em 20 set. 2023.

FREUD, S. Sobre a psicopatologia da vida cotidiana (1901). *In*: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. VI**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

FREUD, S. (1913). Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I). *In*: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XII**. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.

FREUD, S. (1922) "Dois verbetes de enciclopédia". *In*: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud, v. XVIII**. Rio de Janeiro: Imago, 2006a. Disponível em: https://www.academia.edu/33858961/DOIS_VERBETES_DE_ENCICLOP%C3%89DIA_1923_1922. Acesso em 20 set. 2023.

FREUD, S. (1893b) "Charcot" *In*: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud, vol. III**. Rio de Janeiro: Imago, 2006b.

FREUD, S. "A interpretação dos sonhos" (1900-1901) *In*: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Freud, vol. IV e V**. Rio de Janeiro: Imago, 2006c.

FORNARI, P. **Atti dei Congresso Internazionale pel Miglioramento della sorte dei sordomuti tenuto in Milano dal 6 all'11 di settembre 1880**. Roma: Eredi Botta, 1881. Disponível em: <https://gaislandora.wrlc.org/islandora/object/rarebooks%3A86>. Acesso em 20 set. 2023.

HALABE, D. J. E. **A psicanálise realizada em Libras**: demandas e desafios da clínica com pacientes surdos. 2018. 127 p. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

KEZIO, G. F. L. Oralismo, comunicação total e bilinguismo: propostas educacionais e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de surdos. *In*: **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LETRAS, 1.**, 2016, Bacabal. **Anais I Colóquio Internacional de Letras - UFMA**. Bacabal: EDUFMA, 2016. p. 166-180. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53115>. Acesso em 20 set. 2023.

LACAN, J. (1954 –55) **O seminário, livro 2**: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Trad. Marie C. L. Penot. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, J. (1962-63) A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. *In: Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998a. p. 493-533.

LACAN, J. (1957) A direção do tratamento e os princípios de seu poder. *In: Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998b. p. 585-645.

LACAN, J. (1965) Pequeno discurso no ORTF. *In: Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 221-226.

LACAN, J. (1954 –55) O que entra pelo ouvido. *In: O seminário 10 – A Angústia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.p. 291-303.

LEITE, J. D. O primado do significante sobre o significado no sistema lacaniano. *Revista Unimontes Científica*, [S. l.], v. 12, n. 1/2, p. 15-25, 2020. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/2216>.

Acesso em 20 set. 2023.

LIEBER, S. N. **Aspectos da constituição de uma criança surda pela fala do ouvinte: entre traços e significantes**. 2015. 119 p. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/12007>. Acesso em 20 set. 2023.

LISBOA, A. V. O divã de Freud no tempo atual: ressignificando o objeto-veículo de análise na clínica psicanalítica. **Psique: Relatos Acadêmicos**, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, p. 110-126, Jan./Jun. 2017. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/psq/article/view/1241>. Acesso em 20 set. 2023.

MARZOLLA, A. C. **O pai e seu filho surdo**: um olhar psicanalítico. 2010. 180 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14978>. Acesso em 20 set. 2023.

MILANO, L. Saussure e o aspecto fônico da língua. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 891-908, Jul./Set. 2018. DOI 10.1590/0102-4450499762905101342. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4450499762905101342>. Acesso em 20 set. 2023.

MORAIS, M. V.; KYRILLOS NETO, F. Psicanálise e Acompanhamento Terapêutico: Quando a Cidade se Torna o Setting Analítico da Psicose. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 337-356, Jan./Abr. 2021. DOI 10.12957/epp.2021.59389. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2021.59389>. Acesso em 20 set. 2023.

MOURA, M. C.; LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P. A História e a Educação dos Surdos. *In: LOPES FILHO, O. (Org.). Tratado de Fonoaudiologia*. 2. ed. São Paulo: Ed. Tecmedd, 2005. p. 341-365.

NASCIMENTO, A. C. S. G. **O direito à LIBRAS como Língua Materna**: Um estudo sobre a política educacional de educação infantil para crianças surdas na rede municipal de ensino de Curitiba. 2017. 225 p. Tese (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/48884>. Acesso em 20 set. 2023.

NOGUEIRA, M. M. R. G. **O Impacto da Surdez nas Famílias – Envolvimento Parental**. 2020. 181 p. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2020. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/8934/1/DM_34478.pdf. Acesso em 20 set. 2023.

OLIVEIRA, A. L. S. Dificuldades dos pais na aceitação da deficiência dos seus filhos frente a descoberta do diagnóstico. **Portal dos Psicólogos**, Olinda, v. 3, n. 1, p. 1-8, Mai. 2018. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?dificuldades-dos-pais-na-aceitacao-da-deficiencia-dos-seus-filhos-frente-a-descoberta-do-diagnostico&codigo=A1202&area=D15F. Acesso em 20 set. 2023.

SOLÉ, M. C. P. **O sujeito surdo e a psicanálise**: uma outra via de escuta. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SOUZA, M. W. L. **O inconsciente e a língua de sinais**: a (não) exclusividade da dimensão sonora na constituição do sujeito. 2021. 250 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/45496>. Acesso em 20 set. 2023.

STOKOE, W. C. Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf, **The Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, v. 10, n. 1, p. 3-37, 2005. Disponível em: <https://academic.oup.com/jdsde/article/10/1/3/361306>. Acesso em 20 set. 2023.

STROBEL, K. **História da educação de surdos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009. Disponível em: https://www.Libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em 20 set. 2023.

XAVIER, A. N.; BARBOSA, P. A. Diferentes pronúncias em uma língua não sonora? Um estudo da variação na produção de sinais da LIBRAS. **DELTA: Documentação de Estudo em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 371-413, Jul./Dez. 2014. DOI 10.1590/0102-445069770367936329. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-445069770367936329>. Acesso em 20 set. 2023.